

A. I. Nº - 269103.0323/06-4
AUTUADO - PERIVALDO DOS SANTOS MAIA
AUTUANTE - PAULO DANILO REIS LOPES
ORIGEM - INFAZ INDÚSTRIA
INTERNET - 02.06.06

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0173-02/06

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. Nos períodos objeto do levantamento, o autuado era inscrito como empresa de pequeno porte. Sendo assim, os critérios a serem adotados na fixação do cálculo do imposto devem ser os relativos às empresas de pequeno porte, e não de microempresa. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 14/3/06, acusa o sujeito passivo de haver recolhido ICMS a menos, na condição de empresa de pequeno porte enquadrada no SimBahia. Imposto lançado: R\$ 2.191,27. Multa: 50%.

O contribuinte impugnou o lançamento alegando que o Auto de Infração teria sido lavrado pelo Sr. Luiz Roberto Sena de Oliveira, cadastro 232.176-8, pelo fato de o estabelecimento se encontrar irregular no enquadramento. Baseia sua defesa no argumento de que seu estabelecimento não atingiu a “faixa de EPP”, e sim de microempresa “ME 2”, com receita bruta ajustada de R\$ 131.151,75 no ano de 2005, “conforme averiguação do próprio fiscal conforme planilha que segue anexo”. Pede que seja revisto o lançamento.

O fiscal autuante prestou informação contrapondo que, estando o autuado cadastrado como EPP [empresa de pequeno porte] durante o período fiscalizado, está sujeito ao regime de apuração do ICMS relativo às empresas de pequeno porte. Aduz que o autuado recolheu a menos o imposto nos exercícios de 2004 e 2005, conforme demonstrativos anexos. Opina pela manutenção do lançamento.

VOTO

O ICMS lançado neste Auto de Infração diz respeito a recolhimento de ICMS efetuado a menos por contribuinte inscrito na condição de empresa de pequeno porte enquadrada no SimBahia. O contribuinte impugnou o lançamento alegando que o seu estabelecimento não atingiu a “faixa de EPP”, e sim de microempresa “ME 2”, com receita bruta ajustada de R\$ 131.151,75 no ano de 2005.

Nos períodos objeto do levantamento, o autuado era inscrito como empresa de pequeno porte. Sendo assim, os critérios a serem adotados na fixação do cálculo do imposto devem ser os relativos às empresas de pequeno porte, e não de microempresa. Essa é a matéria de direito. Quanto aos fatos em si, não consta que haja erros no levantamento fiscal.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 269103.0323/06-4, lavrado contra

PERIVALDO DOS SANTOS MAIA, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 2.191,27**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, inciso I, “b”, 3, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de maio de 2006.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS – JULGADOR